

## O CURSO PEDAGOGIA DA TERRA COMO ESTRATÉGIA FORMATIVA E DE ENFRENTAMENTO À EXCLUSÃO DOS JOVENS DO CAMPO

## THE EARTH PEDAGOGY COURSE AS A FORMATIVE STRATEGY AND FACING THE EXCLUSION OF YOUNG PEOPLE

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães\*  
Aldimar Jacinto Duarte\*\*

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar o curso de Pedagogia da Terra que foi ofertado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás nos anos de 2007 a 2011, entendendo ser este curso uma ação de fortalecimento dos pressupostos defendidos pelos movimentos sociais do campo em relação à garantia de direitos dos jovens do campo. A abordagem visa reiterar que a educação urbana não atende às especificidades e espacialidades educativas dos sujeitos do campo. Para tanto, se faz necessário uma prática pedagógica específica e contextualizada, visando assim fornecer condições de emancipação dos jovens camponeses. Conclui-se que ao longo dos anos houve avanços significativos no modelo de educação do campo, sendo que iniciativas como a do curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG) vêm a fortalecer as práticas educativas e a cultura camponesa, especialmente na região do centro-oeste brasileiro. Contudo, considera-se como necessário investigar os impactos sociais de tais ações pedagógicas dos concluintes do curso nos percursos formativos dos jovens que habitam o campo.

**Palavras-chave:** Jovens; Pedagogia da Terra; Movimentos Sociais do Campo.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the Pedagogy of the Earth course that was offered by the Faculty of Education of the Federal University of Goiás in the years 2007 to 2011, understanding that this course is an action to strengthen the assumptions defended by the social movements of the field in relation guarantee the rights of young people in the countryside. The approach aims to reiterate that urban education does not meet the specificities and educational spatiality of rural subjects. In order to do so, a specific pedagogical practice is necessary and contextualized, aiming to provide conditions for the emancipation of young peasants. It is concluded that over the years there have been significant advances in the field education model, and initiatives such as the Pedagogy of the Earth (FE / UFG) course have strengthened educational practices and peasant culture, especially in the Brazilian midwest. However, it is considered as necessary to investigate the social impacts of such pedagogical actions

---

\* Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: vs.seabra@gmail.com

\*\* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: aldimarjd@hotmail.com

of the graduates of the course on the formative courses of the young people who live in the field.

**Keywords:** Young; Pedagogy of the Earth; Social movements of the countryside.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições do curso de “Pedagogia da Terra” que foi ofertado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) nos anos de 2007 a 2011, identificando este curso como uma estratégia formativa de fortalecimento da cultura do campesinato, mas também identificando esta iniciativa como uma construção do enfrentamento à exclusão, ou ao menos da inclusão precária, dos jovens do campo. No intuito de aproximar destes objetivos, serão analisados inicialmente os estudos realizados junto aos jovens do campo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (CASTRO *et al*, 2013), em que são apresentadas pelo próprios jovens do campo as razões para se abandonar o seu território.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou uma cartilha em 2013 com o título: “Juventude Rural, Agricultura Familiar e Políticas de Acesso à Terra no Brasil” (CASTRO *et al*, 2013). A referida cartilha apresenta alguns questionamentos acerca da permanência das juventudes no campo, a saber: “Por que alguns jovens rurais saem do campo para as cidades e por que outros continuam vivendo em suas comunidades? O que querem os jovens rurais, homens e mulheres, na sua vida futura?” (p. 16). O presente artigo intenta analisar, ainda que inicialmente, estas questões e procura levantar outras indagações acerca do futuro dos jovens que integram os movimentos sociais do campo.

De acordo com o estudo desenvolvido pelo MDA (CASTRO *et al*, 2013), os jovens deixam o campo em função da necessidade de estudarem para além dos níveis escolares que estão disponíveis atualmente na educação do campo; por entenderem que o contexto rural apresenta limitações no que se refere a outras atividades e oportunidades para além do trabalho agrícola; por compreenderem que há maior chance de qualificação profissional fora do

campo; e, por argumentarem que no campo há falta de serviços de internet, transporte e lazer de qualidade. Entretanto, é válido lembrar que estas percepções são de estudos e pesquisas datadas de 2013, então, é preciso considerar que atualmente pode ter havido mudanças na percepção dos jovens do campesinato, especialmente com relação ao acesso a educação e a redes de comunicação no campo.

A proposta de concentrar a investigação nas juventudes se dá porque os movimentos sociais do campo, mais especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm intensificado nos últimos anos ações específicas para as culturas juvenis, com o propósito de “debaterem o papel da juventude na luta pela reforma agrária e para o desenvolvimento com justiça social nas áreas rurais” (MST, 2010, p. 25). Desta forma, as juventudes campesinas ganham notório destaque e centralidade nas pesquisas mais recentes sobre a educação do campo e os movimentos sociais. Por esta razão, compreende-se que os processos educativos e as expectativas de futuro dos jovens em relação à educação do campo se constituem em espinha dorsal de manutenção dos próprios movimentos sociais do campo em processo de luta por legitimização dos saberes e da cultura dos sujeitos que habitam estes territórios.

Neste sentido, direcionar o olhar sobre estes sujeitos é possibilitar novas perspectivas acerca das questões sociais, políticas, educacionais e históricas no cenário da educação do campo e dos movimentos sociais do campo. Por esta razão, as ações educativas praticadas pelo curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG), e mais especificamente pelas práticas educativas exercidas pelos concluintes do curso, podem ser categorizadas como estandartes de valorização da cultura do campesinato, fortalecimento dos vínculos dos jovens com o campo e uma oportunidade de aprendizado e inovação no contexto rural.

### *A Pedagogia da Terra na Faculdade de Educação da UFG*

O curso de Pedagogia da Terra foi criado em 2007, resultante de uma parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (Pronera), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Camponês Popular (MCP), a Pastoral de Juventude Rural (PJR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sendo que estes movimentos estavam agrupados sob a Via Campesina.

Os critérios para ingresso dos alunos no curso, segundo Sobrinha (2012), eram basicamente três: a) ter concluído o ensino médio; b) ser proveniente de áreas de reforma agrária; e, c) atuar como educador nas comunidades rurais. Entretanto, além dos critérios anteriormente definidos, para ingressar no curso os alunos também tiveram que fazer uma prova escrita.

O curso de Pedagogia da Terra da FE/UFG teve duração de quatro anos e meio, com aulas em Janeiro, Fevereiro e Julho. A turma de 2007 teve setenta e sete estudantes aprovados para fazerem o curso, alguns destes não efetivaram a matrícula e outros evadiram no decorrer do curso, sendo que se formaram cinquenta e nove pessoas. Os estudantes cumpriram uma carga horária de 2.424 horas de disciplinas dos núcleos comum e específico, acrescidos 576 horas de núcleo livre e mais 200 horas de atividades complementares. A proposta pedagógica do curso e o intento educativo dos professores tinham como finalidade contextualizar as disciplinas a partir das especificidades e necessidades do campo, conforme observa Sobrinha (2012).

O curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG) a partir de seu início, no ano de 2007, logo se configurou numa intencional ação educativa de contracultura frente à hegemonia do paradigma produtivo de ordem capitalista e urbano. Assim sendo, os estudantes do curso de Pedagogia da Terra “lutam por uma educação do campo que respeite as especificidades formativas desses coletivos organizados” (SOBRINHA, 2012, p. 124). Desta forma, o curso foi

intencionalmente proposto para potencializar e tonificar as discussões em torno da educação do campo, reordenando as condições de futuro dos jovens que habitam este território a partir da educação.

Segundo esta autora, o curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG), contrariando o senso comum, fortaleceu a proposta de desvelar ser o campo um local de saberes científicos possíveis de absorção na prática produtiva dos movimentos sociais ligados à questão agrária em Goiás, assim como a agricultura familiar no Centro-Oeste brasileiro. O curso de Pedagogia da Terra da FE/UFG partiu do pressuposto que a educação pode ser um possível caminho de humanização e de emancipação da condição humana, interagindo e integrando as mais variadas esferas do cotidiano do campo, produzindo assim possíveis transformações sociais.

Segundo Sobrinha (2012), o curso apresentou algumas especificidades que o diferenciou dos demais cursos de Pedagogia tradicionais. A principal característica foi que ao invés de aderir a políticas adaptativas, que segundo a autora, favorecem a perda dos vínculos culturais com o campo, o curso contribuiu para que os pequenos produtores e os movimentos sociais compreendessem o “campo como território de produção e geração da vida e de saberes” (p. 54). Desta forma, a proposta do curso visava integrar os sujeitos ao processo formativo educacional sem os desconectar da realidade de vida no campesinato.

O movimento camponês brasileiro se organiza enquanto classe entre anos de 1950 a 1964, especialmente a partir de três movimentos, a saber: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e as Ligas Camponesas. Entretanto, tais movimentos foram combatidos no período da Ditadura Militar (1964-1985). Contudo, o ideal sociológico-político permaneceu aceso, o que fez culminar, após o Regime Militar, o principal movimento social do campo no Brasil até a atualidade, denominado de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surge oficialmente em Janeiro de 1984 com o intuito de lutar pelo direito à terra junto às comunidades do campo.

O MST tem suas ações voltadas, essencialmente, na luta pela reforma agrária, pelo direito à terra e pelas melhorias na instrumentalização produtiva do pequeno trabalhador rural e na agricultura familiar. Os principais pilares conceituais estabelecidos pelo MST são: constituir uma sociedade sem exploradores, distribuir de forma justa a terra, defender a noção de que a terra é um bem coletivo, garantir a permanência e a viabilidade socioeconômica do pequeno trabalhador rural no campo (MST, 2010).

Atualmente o MST integra uma rede de organizações do campesinato denominada Via Campesina, que no Brasil é composta pelos seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e, Pescadores e Pescadoras Artesanais.

#### *Os jovens do campo e o processo de escolarização*

A partir da década de 1990, houve um aumento significativo do número de trabalhos científicos e pesquisas, especialmente no Brasil e América Latina, acerca do universo cultural dos jovens do campo, com temas sobre: *jovem camponês* ou *juventude rural*, relacionando-os menos ao papel de vanguarda como nos trabalhos sobre *jovens urbanos*. Os esforços se voltam para analisar *jovens do campo* associados ao problema da migração rural/urbano, da herança e sucessão da pequena propriedade familiar, conforme destaca Carneiro (2005).

Para esta autora, os jovens consideram os estudos como o principal caminho para abrir novas oportunidades de trabalho, em especial aquelas relacionadas à vida urbana. Com isso, a vontade dos jovens de permanecerem no campo é cada vez mais reduzida, pois eles veem na cidade a única alternativa para um futuro de prosperidade financeira, continuidade nos estudos

e oportunidades diversas. Entretanto, não são apenas os jovens que tem considerado a possibilidade de abandonar o campo, como destaca Soares (2006), as famílias de uma forma geral tem considerado esta alternativa. Para este autor a saída do homem do campo para os grandes centros urbanos acontece em função das dificuldades que o camponês enfrenta em seu cotidiano, tendo poucas perspectivas de melhoria.

Destaca ainda que os próprios pais não almejam para seus filhos uma vida sofrida no campo e, dessa forma, as famílias camponesas vê na escola um caminho para superar a situação de pobreza, sendo isso quase sempre condicionado à saída do campo. Neste sentido, a alternativa encontrada pelos camponeses para superar essa situação de pobreza não foi a transformação das relações de produção do campo, mas sim a fuga para a cidade, o que gera mais desigualdades sociais no contexto urbano e produz mais acúmulo de riquezas para os detentores dos meios de produção urbanos.

Para Soares (2006) a realidade se agrava ao compreender que os jovens do campo, em sua grande maioria, precisam trabalhar para manter sua sobrevivência e, por vezes, logo assumem grandes responsabilidades, sendo que, em muitos casos, eles assumem o papel de chefes de família, trabalhando para a sobrevivência dos pais e irmãos, ou constituindo sua própria família. Neste viés, estes jovens do campo acabam por se distanciarem dos estudos em função das responsabilidades inerentes a família e ao trabalho rural e, com isso, sua juventude é, relativamente, cerceada nesse ponto, limitando-os a poucas possibilidades de futuro que os distanciem da precariedade e exclusão a que já estão submetidos.

Carneiro (2005) destaca que na atualidade os jovens do campo são vistos e estigmatizados como atrasados, sendo que o próprio campo, às vezes, não fornece alternativas para a juventude. Desta forma, a formação acadêmica é vista por esses jovens como condição para ascensão social. O que para eles, significa, objetivamente, não ser agricultor e implica em abandonar o campo. Muitos deles acreditam que na cidade irão encontrar uma vida mais fácil, mas esta ida dos jovens para as cidades nem sempre possibilita a realização de seus sonhos e ideais. Muitos não conseguem o que queriam na cidade, como:

emprego, ingressar numa universidade, entre outras realizações profissionais. O distanciamento entre a realidade e a expectativa os torna deslocados e desconectados com suas próprias perspectivas de futuro, estando agora distante do campo e desajustado ao urbano. É provável que nestes casos a vida na cidade possa se tornar mais difícil que no campo.

Atualmente, de acordo com Carneiro (2005), devido à intensificação da comunicação entre a cidade e o campo acabou por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 30 ou 20 anos. As dificuldades enfrentadas nos centros urbanos pelos jovens de origem rural têm levado esses sujeitos a descobrirem que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo, onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, como: baixo custo de moradia, distanciamento da lógica do consumismo e fortes conexões sociais, familiares e históricas.

A autora destaca que entre os muitos motivos para a migração dos jovens de comunidades rurais para os grandes centros urbanos está, sem dúvida, a falta de perspectivas de trabalho que, por sua vez, é fruto de variáveis como a falta de políticas públicas focadas nesse segmento da população rural. O resultado é que esses jovens que não encontram perspectivas de melhoria de vida no meio rural migram sem as condições adequadas para se estabelecerem profissionalmente nos meios urbanos, agravando ainda mais a desigualdade social e desfocando as reais possibilidades de futuro.

A falta emprego, de renda própria e de espaço próprio fazem com que os jovens busquem a cidade como melhor alternativa de segurança para o futuro, assim como por visarem um grau de escolaridade mais elevado. Segundo essa autora, as pesquisas realizadas até o presente momento mostram que a juventude rural considera a escola e sua continuidade nos estudos como um dos pontos mais importantes para seu futuro profissional e assim conseguir um bom emprego, conforme destaca:

Isso ocorre normalmente entre os jovens de 15 a 18 anos, quando estão terminando o ensino fundamental ou cursando o ensino médio. Essa é a fase da vida que, em geral, há a partida dos jovens para a cidade, onde esperam, idealmente, adquirir



uma especialização profissional, ou seja, um contrato de trabalho formal (CARNEIRO, 2005, p. 253).

A autora demonstra ainda que a proximidade com a cidade e as alternativas apresentadas pelos mercados de trabalho urbano são alguns dos fatores que irão interferir na escolha de permanência ou de abandono do campo. A falta de acesso e a baixa qualidade de educação pública, especificamente destinada à juventude do campesinato, comprometem ainda mais suas perspectivas de futuro. Além disso, a autora considera que as escolas do meio rural, majoritariamente, ainda trabalham com uma lógica de ensino urbano. É válido ponderar acerca do fato de que vários professores residem nas cidades e se eles se deslocam para o campo, o que descaracteriza a educação *do* campo, tornando-a no máximo, em educação *no* campo. Neste sentido, destaca-se o curso de Pedagogia da Terra como uma tentativa de corrigir esta limitação e distanciamento cultural.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Segundo Roseli Caldart (2004), a primeira Conferência Nacional por uma educação básica do campo, que foi realizada em 1998, inaugurou uma nova referência, de educação rural para educação do campo. Nessa conferência também foram denunciados um conjunto de problemas relacionados à educação para a classe trabalhadora, ocasionados por falta de acesso e pela má qualidade educacional. Foram propostos projetos para o melhoramento da educação do campo, também foram realizadas várias mobilizações e debates com o povo do campo, entre outros movimentos sociais. A partir destes debates, de acordo com a autora, é possível considerar ser o campo um território com boas perspectivas de vida, sendo também um local de luta por melhor qualidade educacional e por políticas públicas específicas.

A educação do campo tem sido alvo de debates acerca de políticas públicas no Brasil e também tem sido alvo de disputa na construção de um

projeto de desenvolvimento que poderá propor a reedição de políticas de educação para os movimentos sociais do campo, conforme se observa:

O campo está voltando à agenda do debate político do país, sendo parte da disputa de projetos de desenvolvimento, mais em um contexto de clara hegemonia do projeto do capital, que até poderá reeditar uma política de educação para o meio rural, mas não tem como admitir que o estado assuma a construção efetiva de um público de educação do campo (CALDART, 2004, p. 15).

De acordo com a autora, os obstáculos que temos no momento sobre a educação do campo está no nível da *práxis*, ou seja, o desafio teórico atual é o de construir um modelo contra hegemônico na área da educação do campo. A autora argumenta que temos de manter viva a memória na questão da educação do campo, continuando e dinamizando a construção e a reconstrução pelos próprios sujeitos, mostrando as dimensões fundamentais da luta política feita no momento atual.

Ela argumenta que o objetivo é que se tenha uma educação do campo que seja realmente uma construção social para os trabalhadores, que esta seja de acordo com sua realidade e que tenha convergência com a sua trajetória de vida e luta dos próprios sujeitos. Trata-se, portanto, de pensar efetivamente uma educação que perpassa a política, a cultura e a pedagogia, ou seja, a educação enquanto uma prática social.

Nesse contexto, o problema relacionado com a educação do campo seria, também, por falta de políticas públicas que garantam o direito à ao processo de escolarização aos camponeses e aos trabalhadores do campo. Também é preciso considerar a falta de sujeitos que se coloquem contra esse sistema social excludente e dominante do qual o camponês está submetido. Caldart (2004), aponta que é necessário um diálogo em torno da concepção do ser humano e de um projeto que se integre ao processo de educação do campo. Segundo a autora, este diálogo político e educacional tem como principal finalidade a de emancipar os estudantes e de fomentar a luta por justiça social.

A autora enfatiza que é preciso pensar também no direito universal, pois considera que a educação seja mais do que tratar da presença de todas as

peças na escola, mas que se constitui em observar a forma de se educar, atentando-se para quem é o sujeito do processo educativo, para que assim se forme pessoas capazes de lutar e permanecerem no campo. Por esta razão, os movimentos sociais do campo, e cursos semelhantes ao Pedagogia da Terra (FE/UFG), ocupam um importante papel na formação da consciência dos jovens.

Caldart (2004) considera que a expectativa com relação à educação do campo é que a prática educativa cumpra realmente o seu papel de educar as pessoas que trabalham no campo para que possam ter uma melhor organização e que, passem a assumir a direção e o destino de suas vidas. O objetivo político da educação nessa perspectiva, seria o de ajudar a mobilizar e organizar os camponeses nos movimentos sociais, de forma que se fortaleçam e identifiquem sua presença coletiva na sociedade.

Sônia Jesus (2004) considera que para além de fazer uma educação para a inserção do indivíduo na vida social é necessário que construa uma educação onde se desenvolva a cultura, a ciência, os saberes da tradição e novos valores sociais. Esta proposição faz referência a uma construção de conhecimento e de condição de emancipação que têm sido desenvolvidas nos últimos anos, especialmente pelos movimentos sociais do campo, a exemplo do curso de Pedagogia da Terra. Entretanto, para esta autora, a educação do campo não pode se fechar em si mesma, pois para os que integram os movimentos sociais no campo e para os intelectuais que se dedicam ao estudo da questão agrária, a problemática central está na exclusão social, na distribuição desigual da terra e os problemas de soberania alimentar.

Para a autora, a educação tem sido tratada como um instrumento que leva as pessoas a se ingressarem ao mercado capitalista de forma subordinada e acrítica. Assim sendo, busca-se com a educação do campo, uma alternativa que se contraponha ao modelo agrário capitalista imposto há décadas no país. Ela propõe que a formação educacional do campo seja baseada a partir da condição humana e a partir desta noção “aprender a questionar nossa posição” (JESUS, 2004, p.116). Neste viés, a educação do campo é o resultado de lutas, persistências e permanências. Por esta razão, desde a década de 1990 o

MST reivindica uma educação pública junto aos assentamentos rurais, porém o interesse do movimento não é uma educação formal urbana descolada das questões do campo.

A proposta reivindicada pelos movimentos sociais do campo é um modelo de educação contextualizada com a realidade do campesinato, resgatando a memória e a experiência rural como sustentáculo para a formação das novas gerações, especialmente das juventudes. É neste sentido que cursos, a semelhança do curso de Pedagogia da Terra ofertado pela FE/UFG, ganharam notoriedade e relevância histórico-social no cenário brasileiro, especialmente junto às juventudes do campesinato goiano em suas condições objetivas de existência e perspectivas de futuro.

Há registros de outros cursos similares ao de Pedagogia da Terra (FE/UFG) que foram desenvolvidos em outras Universidades Federais no Brasil e que resultaram em pesquisas acadêmicas sobre a temática, por exemplo: Universidade Federal Fluminense (GONSAGA, 2009); Universidade Federal do Paraná (MENDES, 2009); Universidade Federal da Bahia (CARVALHO, 2011); Universidade Federal de Juiz de Fora (ALMEIDA, 2016); entre outras. Demonstrando, assim, a relevância desta discussão no que tange a educação do campo conjuntamente com os movimentos sociais do campo.

O pressuposto para o MST reivindicar uma educação do campo, com intervenções semelhantes aos intentos do curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG) é que, a escola urbana não dialoga eficazmente com as questões do campo e, contrariamente, há indícios de que a própria escola urbana seja mantenedora de uma formação social e educativa que marginaliza a educação do campo. A escola, neste viés, pode se constituir em um forte aparelho ideológico de não formação de indivíduos críticos, autônomos e reflexivos, inserindo-os num processo bourdieusiano de desclassificação em relação aos padrões legitimadores de uma modernidade tardia no Brasil. Este processo produz uma violência simbólica junto às crianças e aos jovens do campo, submetendo-os às reflexões, valores e *habitus* deslocados de suas próprias trajetórias de vida no contexto camponês.

A reivindicação do MST por uma escola que seja do campo, para o trabalhador do campo e sua família não é desprovida de fundamentação teórica, pois é preciso considerar que a escola até defende o princípio da igualdade, mas na verdade ela é “incapaz de garantir a paridade dos grupos sociais”, conforme denuncia Castel (2008, p. 50). Esta é a mesma perspectiva de Burawoy (2010), ao afirmar que “embora pareçam neutras, as escolas presumem a posse de um capital prévio” (p. 19). O que está em conformidade com Bourdieu (2014) ao considerar que esse capital prévio é de origem elitizada e de classe dominante, o que efetivamente marginaliza e violenta simbolicamente os jovens que integram os movimentos sociais do campo.

Neste sentido, para Duarte (2012), a escola, em suas mais variadas formas e contextos, deveria ser capaz de dialogar com a realidade dos alunos, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, capazes de refletir sobre a realidade histórico-social em que estão inseridos. Esta premissa está em conformidade com a finalidade educativa proposta pelo curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG), pois segundo Sobrinha (2012), a proposta do curso era formar educadores do campo para atuarem na educação do campo, refletindo, identificando e criticando sua própria construção histórica.

Então, negligenciar o elemento de territorialidade na formação cultural dos sujeitos é ofertar uma educação que funcione apenas como um agente de manutenção das desigualdades socioeconômicas, inculcando, especialmente nos jovens, a noção de obediência, condicionamento e a aceitação ao sistema vigente, assim como a não identificação com a realidade social em que estão inseridos, fazendo-os viver, em certa medida, uma amnésia histórico-social.

É válido, de contrapartida, considerar que a educação do campo também não é um agente isolado ou neutro, mas sim um catalisador da efervescência histórico-social no tempo presente, no qual os jovens participantes de movimentos sociais do campo são vítimas dos estereótipos produzidos meios de comunicação, os quais nas narrativas midiáticas são apresentados a partir de uma noção de criminalização e marginalização.

Logo, contraponto a tais prerrogativas, talvez, os movimentos sociais juvenis do campo possam se caracterizar em um movimento de contracultura

frente à hegemonia da naturalização do estado de pobreza urbana, e quiçá possa até ser um resgate de uma economia sustentável e mais justa, sendo que este processo está intimamente condicionado a uma eficaz educação do campo, conforme observam Silva (2012) e Ribeiro (2016), e como se propunha o curso de Pedagogia da Terra da FE/UFG.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O curso de Pedagogia da Terra ofertado pela FE/UFG (2007-2011) foi uma iniciativa singular no intuito de capacitar os próprios integrantes dos movimentos sociais do campo para ofertar uma educação contextualizada, pavimentando bases sólidas para um futuro emancipatório dos jovens do campo em seus próprios territórios. Entretanto, não se tem registros, até o momento, do impacto social desta formação acadêmica e das intervenções na realidade exercida pelos concluintes do curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG), quer seja via artigos científicos, dissertações e teses, sendo, portanto, ainda um fértil campo de investigação, especialmente para se verificar se o que era uma perspectiva de futuro em 2007 se concretizou no presente, tendo em vista que já se passaram mais de dez anos desde a implementação do curso.

O que se pode afirmar é que o curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG) atendeu, ainda que parcialmente, aos intentos a que se propunha, ou seja, capacitar professores do campo para a educação do campo, dando condições para os novos pedagogos intervirem na prática educativa, prática social e na prática política, inerentes ao próprio processo de escolarização. Entendendo que para isso, a formação em Pedagogia poderia ajuda-los a criarem novas perspectivas formativas, desenvolverem novas lógicas estratégicas de resistência e novas ressignificações de futuro para as juventudes dos movimentos sociais do campo.

O que se pode constatar é que a educação do campo tem como propósito proporcionar uma prática educativa de qualidade e contextualizada à realidade dos que habitam esses territórios. Desta forma, os sujeitos, e em

especial os jovens, estão no epicentro dessa discussão e se tornam os atores do presente e do futuro, pois cabe a esses agentes participarem e manterem, ou não, os próprios movimentos sociais do campo. É nesta encruzilhada que imbricam as juventudes e o curso de Pedagogia da Terra (FE/UFG), desvelando ser necessária uma educação do campo que dê autonomia e que emancipe os jovens, contribuindo para a formação desses sujeitos, desvelando os limites e as possibilidades de futuros em uma sociedade notadamente excludente aos que habitam no campo.

Por esta razão, cursos como o de Pedagogia da Terra (FE/UFG) se tornaram um marco importante no contexto goiano, pois instrumentalizou os educadores do campo para que pudessem oportunizar as juventudes novas possibilidades de um futuro contextualizado, relevante e transformador. Por fim, é necessário reiterar que a educação do campo não é uma ação neutra ou imparcial, muito pelo contrário, à semelhança da própria escola no contexto urbano, ambas partem de um capital intelectual prévio que define os currículos, os valores, as práticas educativas e os *habitus* da escola. Portanto, se faz necessário investigar se em algum dado momento a educação do campo possa ter sido desenvolvido não como instrumento de emancipação, mas como estratégia de reprodução, limitação e adaptação dos sujeitos a realidade de exclusão. Tal inquietação também se converte em um fértil campo de pesquisa sobre a condição de futuro dos jovens do campo e sua relação com os processos formativos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raiza Dias de. **Educação do Campo, Movimentos Sociais e práticas educativas**: uma análise da política de educação do campo em Miradouro – MG. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos (orgs). **Educação no Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional, Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção por uma educação no Campo, nº05.

CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo (orgs). **Retratos da Juventude Brasileira**. Análise de Uma pesquisa Nacional. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

CARVALHO, Marize Souza. **Realidade da educação do campo e os desafios para a formação de professores da educação básica na perspectiva dos movimentos sociais**. 2011. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2011.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de. [et al]. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso á terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

DUARTE, Aldimar Jacinto. **Jovens urbanos da periferia de Goiânia: Espaços Formativos e Mediações Escolares**. 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.

GONSAGA, Eliana Aparecida. **Pedagogia da Terra – o curso de licenciatura em educação do campo de Minas Gerais**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

JESUS, Sônia M. S. A de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos (orgs). **Educação no Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional, Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção por uma educação no Campo, nº05.

MENDES. Marciane Maria. **A escola do campo e seu significado: o ponto de vista de professores e professoras da rede estadual de educação do Paraná**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2009.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST: Lutas e Conquistas** (cartilha desenvolvida pela Secretaria Nacional do MST). 2ª ed. São Paulo: 2010.



RIBEIRO, Valdivino Souza. **Educação do campo no Brasil**: um estudo da Escola Família Agrícola de Orizona - Goiás. 2016. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.

SILVA, Adilson Alves da. **A educação do campo**: contribuições da Comissão Pastoral da Terra. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2012.

SOARES, Wilson José. Da escola rural á pequena classe média. In: MORGADO, Maria Aparecida; MOTA, Manoel de Vasconcelos. **Juventude de classe média e educação**: cenários. Brasília: Liber livro, 2006.

SOBRINHA, Denise Elza Nogueira. **Vida, formação e educação**: o curso de Pedagogia da Terra da Faculdade de Educação da UFG. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.

*Recebido em: 05/04/2018*

*Aprovado em: 08/10/2018*

CADERNOS  
C I M E A C